

Com Brasil Travessia do Espelho

A revelação das relações perigosas entre os administradores públicos, alguns empresários e intermediários na traficância de favores e subsídios do governo já seria mais que suficiente para convencer a cidadania da necessidade de atravessar o espelho de ilusões que apresenta um país às avessas em matéria de economia de mercado.

Mas o alerta do ministro Marcílio Marques Moreira esta semana nos Estados Unidos recomenda que se passem a limpo as páginas do passado que levaram a sociedade brasileira a afundar no atoleiro da inflação, recessão e desemprego, que se prolonga há mais de 10 anos. Chegou a hora da sociedade brasileira cortar o cordão umbilical que prolongou demasiadamente a dependência dos empresários em relação ao Estado.

Estudo recente da Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados, ligada ao governo paulista, joga novas luzes sobre a discussão que deixa grandes empresários de São Paulo em posição ambígua quando defendem mudanças de rumos na política econômica.

Segundo o estudo, a participação de São Paulo no Produto Interno Bruto brasileiro declinou fortemente na última década. Em 1980, São Paulo detinha 37,63% do PIB, e esse índice caiu para 33,32% no ano passado. Como a participação no produto agrícola se manteve constante, na faixa dos 14%, a queda ocorreu na indústria (47% para 42%) e na área terciária (comércio, serviços, transportes e comunicações), que encolheu de 34,72% para 31,57%.

Desde o início do século, com o poderio do café, São Paulo julgava ser-lhe privativo o comando das decisões econômicas. O longo ciclô foi interrompido pelo governo Vargas e retomado depois da implantação da indústria automobilística e de bens de consumo na Grande São

Paulo no governo Kubitschek. No período autoritário, que coincidiu com o *milagre econômico*, o privilégio do crescimento econômico sobre a política levou a medidas e práticas governamentais que forjaram uma relação promíscua entre os empresários e o Estado, mais visível em São Paulo.

Graças ao efeito multiplicador das indústrias de bens de consumo, São Paulo ganhou projeção nacional que poderia ameaçar a própria federação. O governo Geisel pressentiu o perigo e cuidou de descentralizar a economia brasileira, aproveitando a reciclagem da crise do petróleo. Outras regiões do país passaram a oferecer oportunidades de emprego e crescimento, reduzindo a extrema dependência das atividades econômicas às indústrias paulistas, e conquistaram também o direito de participar das discussões sobre os destinos nacionais.

A longa recessão brasileira parece não ter servido de lição aos empresários que defendem a manutenção de privilégios cartoriais e a volta da proteção do Estado às empresas. O distanciamento do parque industrial brasileiro em relação à eficiência, à produtividade e à qualidade da produção do Primeiro Mundo não decorre apenas da recessão, mas, principalmente, da manutenção de métodos ultrapassados.

A intervenção estatal frustrou as economias planificadas e os países do Primeiro Mundo atraídos pela tentação estatal. É que as multinacionais que prosperaram removendo as barreiras nacionais para a sua atuação impuseram uma nova economia mundial, onde estão condenados ao atraso as empresas e nações que querem ficar à margem desse processo darwinista de sobrevivência do mais forte e eficiente. O Brasil precisa se decidir entre o avanço modernizador e a volta ao passado.